

A Transparência Opaca da Gestão na era da Racionalidade Instrumental

SARAIVA, Carolina Machado

“Faz parte do mecanismo da dominação proibir o conhecimento do sofrimento por ele produzido” (Adorno, 1993, p. 75).

Próximo de completar 1 ano da chamada “tragédia de Brumadinho”, a empresa Vale comunicou que iria distribuir aos investidores 7,2 bilhões em lucros e dividendos, valor 2 vezes maior ao que informa ter gasto em indenizações, doações e auxílios-emergenciais às vítimas atingidas pelo colapso da Barragem I, na Mina Córrego de Feijão, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, que matou 259 pessoas e 11 ainda encontram-se desaparecidas (Agência Brasil, 2020). No terceiro trimestre do mesmo ano desta ação criminosa, a empresa já havia apresentado lucro líquido de R\$ 6,5 bilhões, compensando os prejuízos contabilizados nos trimestres anteriores e apresentando um resultado 7,4% superior ao mesmo período do ano anterior.

Em 21 de janeiro de 2020, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) protocolou junto à 2ª Vara Criminal de Brumadinho, denúncia acusando 16 pessoas por homicídios dolosos duplamente qualificados e diversos crimes ambientais. Os indiciados eram funcionários da empresa Vale e TüvSüd Bureau de Projetos e Consultoria Ltda, consultoria responsável pela emissão das Declarações de Condição e Estabilidade (DCEs) da barragem que se rompeu.

O MPMG alega que a Vale e a TüvSüd sabiam do risco de rompimento da barragem, ao menos desde 2017, o que pode ser comprovado pelos estudos de risco de rompimento de barragem realizados por ambas e analisados pelo acusador. Esses relatórios apontavam que a Barragem 1 estava 20 vezes acima do nível considerado seguro e que, em caso de rompimento, previa-se a morte de 215 pessoas. Os relatórios calculavam o valor previsto para indenização, em caso de rompimento, que deveria ser em torno de 2,6 milhões de dólares. O denunciante William Garcia Pinto Coelho, promotor e coordenador da força-tarefa do MPMG, afirmou “Era uma gestão opaca. A Vale impôs uma ditadura corporativa e escondeu os riscos da sociedade e do poder público” (MPMG, 2020).

Dentre os 5 terabytes de documentos e arquivos analisados, o MPMG encontrou uma lista intitulada “Top 10: Probabilidades”, que é a listagem das 10 barragens da empresa Vale que atuam acima dos limites de segurança e que têm risco de rompimento a qualquer momento. A barragem de Brumadinho era a 8º das listadas no documento (MPMG, 2020).

Esse caso é mais um dentre os inúmeros ocorridos em todo o mundo, decorrente da ação de grandes grupos capitalistas, que justificam suas ações em suas rentabilidades e modelos de eficiência. Nesta lógica, mecanismos de barbárie são integrados à lógica de funcionamento dos sistemas, que justificam todos os fins, com base na premissa da otimização dos meios para fins de reprodução do capital.

Neste cenário, até mesmo a tão aclamada transparência corporativa se torna opaca, não como um viés do sistema, mas como uma dimensão própria dele. Assim como Brumadinho, a empresa Samarco também recuperou seu valor mercantil rapidamente. Sendo subsidiária das empresas Vale e BHP Billiton, a Samarco tem imposto, nos últimos 4 anos, uma vida de miséria e penúria aos Atingidos pela queda da barragem de Fundão.

Mas isso não importa, desde que os acionistas sejam devidamente remunerados e os sistemas que permitiram a barbárie sejam mantidos.